

Apresentação

História e memória das ditaduras civis-militares no Cone Sul



O Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) vivenciou, entre meados da década de 1950 e o fim dos anos 1980 do século XX, um período marcado pela emergência de ditaduras civis-militares que redefiniram a vida política, social e institucional da região. Embora os golpes de Estado e os governos autoritários na região apresentassem traços estruturais comuns, como a dissolução ou a crise das instituições liberal-burguesas e a ascensão das Forças Armadas como protagonistas no campo político, essas experiências apresentaram especificidades distintas.

Apesar das décadas que nos separam da emergência desses regimes, o interesse pela história das ditaduras segue atual no debate público, já que vivemos sob a égide de um passado que se reinscreve no presente a partir das lutas pelas memórias e dos impasses e tensões políticas contemporâneas, aspectos em comum em toda a região.

Neste primeiro quartel do século XXI uma série de investigações contribuiu com o desenvolvimento da chamada história do tempo presente no Cone Sul. A partir de diferentes países e óticas, pesquisadores estudaram esta conjuntura associada ao ciclo de polarização política e social, ao desenvolvimento de regimes autoritários na região e, posteriormente, às transições rumo à redemocratização. Como demonstra a historiografia comparada, cada regime desenvolveu um projeto específico, influenciado por suas próprias tradições políticas, conjunturas nacionais e pela percepção em relação às forças de oposição. Essas diferenças foram expressas, por exemplo, na dinâmica da repressão estatal, nas alianças civis e suas estratégias de acomodação ou em seus projetos econômicos.

Para mapear algumas dimensões centrais da dinâmica desses regimes discutidos pela literatura especializada, mencionamos a investigação de Rodrigo Patto Sá Motta acerca das políticas universitárias do Brasil, Chile e Argentina durante as ditaduras militares, onde o autor analisa as diferenças e semelhanças dos projetos de modernização autoritária realizado nesses países. Os programas implantados pelos militares e seus aliados civis tiveram dupla dimensão: foram, ao mesmo tempo, destrutivo e construtivo, sendo que o

impulso modernizador se combinou com práticas repressivas (Motta, 2015). Considerando o quadro geral das políticas econômicas adotadas pelas ditaduras militares, podemos dizer que enquanto na ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990) vigorou uma política econômica neoliberal, a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989) apostou em um modelo econômico estatista. Como observa Patto, o projeto modernizador do regime — centrado no crescimento econômico, na aceleração industrial e na eficiência estatal — não se dissociava de seu caráter autoritário-conservador. Este, por sua vez, atuava em duas frentes complementares: a exclusão política dos setores subalternos e o combate sistemático às ideias e aos agentes de esquerda, ao mesmo tempo, em que reforçava valores tradicionais como pátria, família e religião.

Outra diferença está na estrutura desses regimes autoritários. A investigação conduzida por Anthony Pereira (2010) nos coloca uma questão fundamental que ainda continua importante: como os regimes militares se valeram do sistema judicial e das normas legais não apenas para reprimir, mas também para legitimar a repressão, conferindo-lhe uma aparência de legalidade? De acordo com Anthony Pereira, a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) destacou-se pelo alto grau de institucionalização e pela manutenção de um sistema representativo formal (embora excludente e bipartidário), com uma separação entre o governo e a instituição militar. Em contraste, a ditadura argentina (1976-1983) apresentou uma legalidade autoritária mais frágil, alcançando um baixo grau de institucionalidade e marcada por um altíssimo nível de violência. A linha argumentativa desenvolvida por Anthony Pereira demonstra que o autoritarismo legalizado não é uma contradição das ditaduras, mas uma estratégia de poder que deixa marcas profundas na política, no direito e na memória das sociedades pós-ditatoriais.

Como demonstrou Caroline Silveira Bauer ao estudar comparativamente as estratégias de implementação do terror nos contextos ditatoriais brasileiro e argentino, a repressão na última ditadura argentina assumiu contornos mais clandestinos e sistemáticos, empregando a prática de desaparecimento como solução final, diferentemente da ditadura civil-militar brasileira na qual houve uma judicialização da repressão. A historiadora aponta também que a questão dos desaparecidos políticos foi tratada de forma distinta nos governos transnacionais das ditaduras civil-militares de segurança nacional brasileira e argentina, ponderando que o direito à verdade e a justiça na Argentina - mesmo com seus problemas - foi fundamental para uma ruptura com o passado ditatorial e com o processo de

elaboração de políticas de memória e reparação no presente (Bauer, 2011). A transição política brasileira foi controlada pelos próprios militares, sem uma ruptura clara com o passado ditatorial, o que favoreceu a permanência de mecanismos de impunidade e, enquanto o Brasil ainda debate os limites de sua anistia e avança de forma lenta e fragmentada em políticas reparatórias, a Argentina consolidou um marco institucional mais robusto de enfrentamento ao legado ditatorial.

A Guerra Fria, conjuntura caracterizada pela polarização entre os Estados Unidos (representante do capitalismo) e a União Soviética (representante do comunismo), forneceu o álibi ideológico para a instauração dos regimes civis-militares no Cone Sul. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) emergiu como o arcabouço doutrinário fundamental desse processo político. Essa ideologia geopolítica rejeitou a divisão da sociedade em classes, identificando qualquer oposição ou questionamento coletivo, ou individual, como nocivo à unidade nacional. Dessa forma, a oposição deixou de ser um antagonista político para se tornar um inimigo interno a ser eliminado, inaugurando assim uma nova racionalidade autoritária; associando o “subversivo” ao comunismo, a DSN justificava o combate e a supressão do pluralismo ideológico (Padrós, 2000). A aplicação desses princípios resultou na prática de Terror de Estado, um modelo de violência estatal, dirigido a partir do centro do poder e manifestado de forma abrangente, prolongada, indiscriminada, retroativa e preventiva. Com isso, pretendia-se eliminar a oposição política e estimular o disciplinamento da força de trabalho para impor a estrutura dos modelos macroeconômicos das ditaduras da região.

No plano das relações internacionais, as ditaduras civis-militares do Cone Sul cooperaram por meio de mecanismos de inteligência e de repressão. O sistema repressivo brasileiro, através do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), inspirou a estrutura repressora de outros países da região, como o Chile e Uruguai. Essa coordenação repressiva transnacional culminou na Operação Condor, uma rede de cooperação que sistematizou a troca de informações e a realização de operações conjuntas, perseguindo, torturando e assassinando exilados políticos. Em O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo, o historiador Carlos Fico demonstra que os Estados Unidos não foi mero “patrocinador” do golpe de 1964, mas sim agente ativo e envolvido em um processo de longo prazo de sustentação política, logística e diplomática da ditadura brasileira. O papel dos Estados Unidos no caso brasileiro não foi

isolado; esta participação pode ser estendida para as ditaduras do Cone Sul como parte de uma política regional dos EUA durante a Guerra Fria, pois forneceu treinamento militar e policial, como na Escola das Américas e no Escritório de Segurança Pública. Por outro lado, o movimento opositor aos regimes militares também se articulou internacionalmente.

Ao acompanhar a trajetória de militantes argentinos, chilenos, uruguaios, brasileiros e bolivianos, Aldo Marchesi demonstra como, influenciadas pela Revolução Cubana e pela polarização da Guerra Fria, redes de jovens organizações de esquerda emergiram e se expandiram no Cone Sul. Para esses grupos, a violência política e a ação transnacional consolidaram-se como os únicos caminhos viáveis para a transformação social (Marchesi, 2019). A esquerda radical, de viés marxista-leninista e influenciada pelas estratégias foquistas e maoístas, optou pela luta armada, por meio de guerrilhas urbanas e rurais. Como exemplo podemos citar a Aliança Libertadora Nacional (Brasil), o Movimento de Libertação Nacional–Tupamaros (Uruguai), o Exército Revolucionário do Povo (Argentina), o Movimento de Esquerda Revolucionário (Chile) e a Frente Unida de Libertação Nacional (Paraguai). Além disso, organizações de defesa dos direitos humanos desempenharam um papel fundamental na denúncia internacional dos casos de tortura e de violações de direitos exercidos por agentes estatais e paraestatais das ditaduras civis-militares do Cone Sul.

Se as ditaduras latino-americanas emergiram nesse contexto marcado pela Guerra Fria, no qual forças políticas internas e movimentos sociais desempenharam um papel central na resistência às ditaduras, a história das memórias também emerge em um contexto singular: no período pós-ditatorial, o papel do Estado na gestão desse passado mostrou-se igualmente significativo. Embora as experiências ditatoriais e os processos de transição de cada país apresentem especificidades, como adverte Elizabeth Jelin, é necessário evitar uma visão de histórias autônomas e paralelas. Antes, “[...] é preciso considerá-las como uma trajetória comum, com fortes interdependências” (Jelín, 2018, p. 21). Um dos traços compartilhados por Chile, Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai é que o passado ditatorial não se cristalizou no momento da transição política, mas permaneceu como um elemento central e dinâmico do cenário sociopolítico nas décadas seguintes, que permanece pulsante na atualidade. O dossiê História e memória das ditaduras civis-militares no Cone Sul, publicado pela revista *Faces da História*, pretende aprofundar o debate sobre a história e as memórias dos regimes autoritários que marcaram o Cone Sul entre meados da década de 1950 e o fim dos anos 1980. O período foi definido pela predominância de

ditaduras civis-militares na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, fenômeno que, embora apresentasse traços comuns — como a crise das instituições liberais e a ascensão do poder militar —, manifestou-se com heterogeneidade na região. No entanto, como há elementos inerentes a essas perspectivas em outras temporalidades, o dossiê também abre espaço para artigos de outros momentos, que dialogam com a perspectiva do objetivo central.

Os dez artigos que compõem este primeiro volume exploram essas múltiplas dimensões, transitando entre a análise das estruturas repressivas, as estratégias de resistência e as disputas pela memória.

O primeiro artigo, *Discrecionalidade em toda sua plenitude: o direito a serviço do autoritarismo no Brasil de 1930-1934*, de Milla Finotti Alcure, investiga a construção jurídica do autoritarismo durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930–1934). A análise do artigo rompe com a ideia de que o autoritarismo do governo varguista operou à margem da lei; ao contrário, a tese central sustenta que o regime instituiu uma “legalidade autoritária”, através do Decreto n.º 19.398. O texto conclui que a discrecionalidade administrativa foi desvirtuada, deixando de ser uma ferramenta de gestão para se tornar um mecanismo de dominação política que dissolveu os freios institucionais, legitimando o arbítrio sob um verniz jurídico.

Avançando para a memória da ditadura brasileira de 1964, “Escreve isto para memória num livro”: vestígios da escrita de *Brasil: Nunca Mais* (1985), escrito por Amanda Romanelli, examina a gênese do livro *Brasil: Nunca Mais*. Às vésperas de seus quarenta anos, a obra é analisada não apenas como um produto editorial, mas como um “monumento de memória”, construído por meio de tensões e desafios metodológicos internos. A discussão do texto evidencia que o processo de escrita do livro foi coletivo e conflituoso, sendo um ato político de resistência que visava impedir o apagamento das torturas perpetradas pelo Estado, servindo como pedra angular para a denúncia de violações de direitos humanos. A autora conclui que revisitar os “vestígios de escrita” do *Brasil: Nunca Mais* é fundamental para entender como se construiu a narrativa hegemônica de denúncia do arbítrio estatal brasileiro.

Na esfera da representação cultural contemporânea, o terceiro artigo, intitulado *Ainda estou aqui e a decantação do drama histórico comercial sobre a ditadura militar*, de autoria de Wallace Andrioli Guedes, debruça-se sobre o filme *Ainda estou aqui* (2024). A

crítica situa a obra de Walter Salles como um ponto de maturação no cinema político brasileiro, defendendo a tese da “decantação estilística”. O autor argumenta que, ao focar no drama familiar de Eunice Paiva e evitar maniqueísmos panfletários, o filme alcança uma sofisticação dramaturgica capaz de renovar o engajamento do público de massa com a memória traumática da ditadura, validando o drama histórico comercial como ferramenta de disputa simbólica.

Expandindo o foco o cinema para a Argentina, o quarto artigo, Um olhar histórico sobre cinema e ditadura militar na Argentina em tempos de retomada democrática (1970-1980), de Francisco Lima Tavares, defende que a produção cinematográfica no país não foi um mero reflexo da realidade, mas um agente ativo na construção da memória pública. O autor discute a relação dialética entre passado e presente, ao refletir como os filmes atuaram como núcleos de ação política fundamentais para processar o trauma do terror de Estado, contribuindo para o consenso social de repúdio ao autoritarismo que marcou a transição política argentina.

O artigo Narrativas de resistência: Mulheres e homossexuais na Ditadura Militar Brasileira, de Izabella Cardoso da Silva Campagnol e Andrei Chirilã, analisa as “memórias subterrâneas” de mulheres e homossexuais durante a ditadura brasileira. A análise de narrativas (auto)biográficas de militantes que pertenciam a grupos marginalizados revela que o regime de exceção exerceu uma dupla violência: a repressão política somada à repressão moral/comportamental. A conclusão dos autores aponta que essas trajetórias de militância desafiam o estereótipo hegemônico do guerrilheiro masculino, demonstrando que a resistência também passava pela afirmação de subjetividades e corpos dissidentes, que a ditadura buscava normalizar ou eliminar.

O sexto artigo, intitulado Colaboracionismo no Cone Sul: O monitoramento político de João Goulart no Uruguai, escrito por Giovana Mylena Silva Soares, aborda a dimensão transnacional da repressão dos militares, focando no monitoramento de João Goulart no exílio uruguaio. A investigação dos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) comprova a tese do colaboracionismo entre as ditaduras militares do Cone Sul, antes da formalização da Operação Condor. A autora conclui que a vigilância sistemática sobre Jango (como era conhecido o ex-presidente brasileiro) visava neutralizar sua articulação política, evidenciando uma rede de inteligência que violava soberanias nacionais em nome da Doutrina de Segurança Nacional.

A violência do regime contra a cultura popular é o tema do sétimo artigo, intitulado A violência da ditadura civil-militar durante a invasão à escola de samba Unidos do Peruche (1974). O texto escrito por Bruno Guedes apresenta as escolas de samba como territórios de resistência negra e sociabilidade periférica. A tese central do texto é a de que a ação policial não foi um excesso pontual, mas uma expressão do racismo estrutural do Estado, que via na organização cultural negra uma ameaça subversiva, buscando desmobilizar politicamente essas comunidades através da força bruta.

No campo da economia política e infraestrutura, o artigo Os “Anos de Chumbo” dos transportes: política de transportes terrestres no período 1967-1974, de Stella Harumi Okumura, critica a opção preferencial pelo modelo rodoviário em detrimento do ferroviário, argumentando que as “obras faraônicas” serviram a um projeto de desenvolvimento excludente e de ocupação territorial forçada. A autora conclui que tal matriz logística foi desenhada para atender aos interesses do grande capital e da expansão da fronteira agrícola, legando ao Brasil desequilíbrios estruturais profundos.

As transformações ideológicas da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e a luta contra a ditadura militar no Brasil: uma análise a partir do jornal Libertação, de Regina Célia Daefiol, explora a radicalização da esquerda armada através do jornal Libertação, entre 1968 e 1969. Em sua análise, Regina Célia demonstra como a publicação funcionou como um instrumento de doutrinação ideológica, traduzindo a adesão ao maoísmo e a estratégia da Guerra Popular, e indica que a imprensa clandestina foi vital para a coesão interna da APML, refletindo a tentativa de importar modelos revolucionários externos frente ao fechamento do regime.

Por fim, o décimo artigo, intitulado Os exílios políticos na imprensa católica chilena: um estudo sobre a revista Mensaje (1978-1988), investiga o papel da referida publicação na denúncia às violações de direitos humanos e na articulação da solidariedade aos exilados. Escrito por Iasmin Prado Gomes, o artigo ressalta que a revista Mensaje politizou o conceito de exílio e utilizou a teologia como escudo contra a censura da ditadura de Augusto Pinochet, concluindo que a imprensa católica foi um bastião essencial para a manutenção da esperança e da crítica social durante os anos mais duros do regime autoritário chileno.

As contribuições reunidas neste dossiê dialogam entre si ao explorar as diferentes dimensões repressivas dos regimes, analisadas tanto em sua face burocrática e transnacional – como no monitoramento de exilados (Giovana Mylena Silva Soares) – quanto em sua

violência direta sobre corpos e culturas marginalizados, como mulheres, homossexuais (Campagnol & Chirilã) e escolas de samba (Bruno Guedes). Já o texto sobre política de transportes (Okumura) revela como o projeto autoritário também se materializou em infraestruturas que remodelaram o território e perpetuaram desigualdades. No campo da cultura, os artigos demonstram como o cinema, no Brasil (Wallace Guedes) e na Argentina (Francisco Tavares), e a imprensa clandestina (Regina Daefiol) ou opositora (Iasmin Gomes), foram arenas fundamentais de resistência, elaboração do trauma e disputa de narrativas.

A relevância deste volume reside justamente na capacidade de seus autores em articular temas consolidados com novas abordagens, demonstrando que o estudo desses passados ditatoriais responde às demandas atuais. Esperamos que os artigos reunidos neste primeiro volume do dossiê História e memória das ditaduras civis-militares no Cone Sul proporcionem uma leitura proveitosa e instigante, contribuindo para o aprofundamento do debate crítico sobre esse passado ainda presente. Boa leitura!

Ana Marília Menezes Carneiro

Pós-doutoranda da UFMG e professora da UVA
anammc@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3665-8942>

Paulo Alves Pereira Júnior

Doutorando da Unesp e professor da SEDUC
pauloapereirajr@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1884-7598>

Thiago Fidelis

Professor da UEMG-Frutas
fidelisrp@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>

Referências

BAUER, Caroline Silveira. *Militares, Justiça e Política: O Superior Tribunal Militar (1964-1969)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

JELÍN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018, p. 21.

MARCHESI, Aldo. *Hacer la revolución. Guerrillas latinoamericanas, de los años sesenta a la caída del Muro*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. *Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os “anos de chumbo” no Brasil e na América Latina*. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 28, p. 55-90, jul./dez. 2000.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.